



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO ESPECIAL DE POLÍCIA MARÍTIMA - NEPOM/DREX/SR/PF/PE

ESTUDO PRELIMINAR Nº 144295267 - NEPOM/DREX/SR/PF/PE

Processo nº 08400.012064/2025-19

1. **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**Categoria do objeto:**

1.1. Bens

**Número da Contratação**

1.2. 200398/000091/2026

**Processo Administrativo**

1.3. 08400.012064/2025-19

2. **ÁREA REQUISITANTE**

2.1. Núcleo Especial de Polícia Marítima da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco (NEPOM/DREX/SR/PF/PE).

2.2. Responsável: APF OZIEL DIAS DO NASCIMENTO, matrícula 8.512.

3. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

3.1. No âmbito do Núcleo Especial de Polícia Marítima de Pernambuco (NEPOM/PE), verificou-se a insuficiência de espaço físico construído para o armazenamento seguro dos materiais e equipamentos operacionais, circunstância que compromete a adequada organização, preservação e segurança do patrimônio público. Os servidores públicos têm o dever de zelar pela guarda, conservação e adequada utilização dos bens sob sua responsabilidade.

3.2. O NEPOM/PE ocupa espaço físico cedido pelo Porto do Recife, cuja área construída mostra-se aquém das necessidades atuais da unidade. Como medida paliativa, parte dos materiais encontra-se armazenada no interior do prédio e outra parte, composta por itens de maior robustez e volume, permanece acondicionada na área externa em contêiner marítimo de 20 pés, recebido no ano de 2013.

3.3. O referido contêiner apresenta significativo desgaste estrutural decorrente do tempo de uso e da exposição contínua às condições climáticas típicas de ambiente litorâneo, evidenciando diversos pontos de corrosão, comprometimento da estrutura metálica e falhas no sistema de vedação e travamento. Tais condições fragilizam a segurança patrimonial e expõem os bens armazenados a riscos de deterioração, extravio e retirada indevida.

3.4. Além disso, mesmo com a utilização desse contêiner, o espaço disponível revela-se insuficiente para atender à demanda atual de armazenamento, especialmente diante da recente aquisição de equipamentos de mergulho e de outros materiais operacionais que serão incorporados ao acervo da unidade nos próximos meses.

3.5. Diante do comprometimento estrutural do contêiner existente e da comprovada insuficiência de espaço físico, evidencia-se a necessidade de aquisição de contêiner marítimo de maior capacidade, com dimensões aproximadas de 40 pés (12m x 2,44m x 2,89m), modelo High Cube (HC), confeccionado em aço Corten, dotado de portas duplas, sistema de travamento e vedação adequados, a fim de assegurar armazenamento seguro, organizado e compatível com as necessidades operacionais do NEPOM/PE.

3.6. O objeto pretendido enquadra-se como bem comum, nos termos do art. 6º da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, permitindo sua descrição clara e precisa.

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Da documentação para habilitação técnica:**

4.1. Comprovação de aptidão pelo o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados que comprove o fornecimento de contêiner marítimo ou estrutura metálica similar, de mesmo tamanho, compatível com o objeto desta contratação.

**Da entrega e critérios de aceitação do objeto:**

4.3. O prazo de entrega do bem é de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.4. O bem deverá ser entregue no prédio do Núcleo Especial de Polícia Marítima de Pernambuco, localizado na Praça da Comunidade Luso Brasileira, 70, bairro Recife Antigo, Recife/PE. CEP 50.030-280. A entrega deve ser agendada com (no mínimo)

dois dias úteis de antecedência e deve ocorrer de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados, das 9 às 16 horas.

4.5. No momento de apresentar sua proposta, a empresa deverá incluir o frete (CIF) de acordo com o endereço de entrega descrito no item 5.2, **sendo considerado como lance o valor já incluso frete.**

4.6. O objeto será considerado entregue quando colocado no solo (chão) no local indicado pelos representantes da contratante.

4.7. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30(trinta) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.9. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.9.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.9.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.9.3. Todos os materiais a serem entregues devem guardar absoluta observância às especificações técnicas constantes nas tabelas deste Estudo Técnico.

4.9.4. Os itens deverão estar em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme a proposta apresentada, as especificações técnicas e os níveis de desempenho mínimos exigidos por órgão regulador competente, devidamente protegidos e embalados contra danos de transporte e manuseio, sem ônus de frete para o órgão e acompanhados das respectivas notas fiscais.

4.9.5. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do CONTRATADO e são condição para o recebimento do objeto.

4.9.6. Para os itens em que há aplicabilidade de prazo para utilização, a validade mínima será de 1 (um) ano.

#### **Da garantia contratual dos bens**

4.9.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.9.8. A garantia abrangerá defeitos de fabricação, vícios estruturais, falhas de vedação, portas, trincos, soldas e integridade do aço corten.

4.9.9. Constatado defeito durante o período de garantia, o fornecedor deverá realizar os reparos ou a substituição do bem no prazo máximo de 30 (trinta) dias, às suas expensas, incluindo transporte, mão de obra e materiais necessários.

4.9.10. O não atendimento no prazo autoriza a Administração a adotar as medidas previstas na legislação contratual.

#### **Sustentabilidade:**

4.10. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.10.1. O contêiner deverá ser confeccionado em aço Corten de alta resistência à corrosão, garantindo maior durabilidade e redução da necessidade de substituições precoces;

4.10.2. A pintura deverá possuir tratamento anticorrosivo adequado ao ambiente litorâneo, com aplicação de primer e acabamento compatíveis com as normas técnicas vigentes;

4.10.3. A contratada deverá assegurar que os resíduos eventualmente gerados no processo de fabricação ou adequação do contêiner sejam destinados ambientalmente de forma adequada, nos termos da legislação ambiental vigente;

4.10.4. Não serão admitidos materiais que contenham substâncias proibidas ou controladas pela legislação ambiental brasileira;

4.10.5. Sempre que possível, deverão ser utilizadas embalagens reutilizáveis ou recicláveis no transporte do bem.

#### **Consórcio:**

4.11. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando a natureza simples do objeto, seu baixo valor, a entrega integral em parcela única e a inexistência de complexidade técnica que justifique a atuação conjunta de empresas.

4.12. A vedação não compromete a competitividade, sendo medida proporcional e adequada ao interesse público.

#### **Subcontratação:**

4.13. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de fornecimento integral de bem específico, cuja responsabilidade deve recair exclusivamente sobre o fornecedor contratado.

#### **Garantia da contratação:**

4.14. Não será exigida garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando o baixo valor da contratação, a natureza simples do objeto, a entrega integral em parcela única e o reduzido risco de inadimplemento, não se evidenciando risco contratual relevante que justifique a exigência.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.15. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos III e IV do referido dispositivo legal, considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de item único e indivisível.

#### **Justificativa para não parcelamento do objeto:**

4.16. Em que pese a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no alínea "b" do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

4.17. O órgão licitante adotou o não parcelamento do objeto por trata-se de objeto único e indivisível.

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Foram realizadas levantamento de mercado em sites oficiais do Governo (Sistema Eletrônico de Informações, Painele de Preços, Banco de Preços), consultas em sítios especializados (sites de fornecedores de containers) a fim de extrair preços médios para a aquisição dos containers visando atendimento da necessidade da SR/PF/PE.

5.2. O objeto a ser adquirido, no presente órgão, não possui uma padronização normatizada, diante disso, para a elaboração das especificações técnicas serão consideradas as características usuais do mercado e as contratações de outros órgãos. Logo, não há inovação e a despeito do detalhamento técnico do item há apenas um aprimoramento de alguns quesitos para adaptação do objeto às necessidades de uso pela Polícia Federal.

5.3. O bem a ser adquirido é uma solução de mercado comum para as quais não há grande variabilidade, a não ser no requisito da qualidade, o que, acredita-se, esteja respaldado pela completude das especificações, minimizando o risco de aquisição de item de qualidade inferior pautados por preço referencial, o que não se justificaria.

5.4. No Brasil existe uma ampla variedade de empresas especializadas na venda de contêineres (novos ou usados) garantindo assim uma ampla concorrência.

5.5. Inicialmente pesquisamos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e constatamos que existe, para o mesmo objeto, uma Ata de Registro de Preço válida (SEI 144300510) da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia Federal (ANP/PF) e que poderíamos, em tese, aproveitar.

5.5.1. Entramos em contato, por e-mail, com o representante da empresa **Evolução Soluções Ambientais e Logística Ltda - ME** (CNPJ 07.641.126/0001-94) para verificar o interesse em fornecer à Superintendência de Pernambuco. O representante informou que a empresa não possui condições de atender à demanda em razão de questões logísticas e tributárias, as quais elevam os custos além do valor do produto de qualidade ofertado no Pregão Eletrônico (SRP) nº 90022/2025 (SEI 144300818);

5.5.2. Registra-se que o valor constante da referida Ata de Registro de Preços foi considerado como parâmetro complementar, tendo em vista possíveis diferenças de contexto geográfico, temporal e de especificações técnicas, fatores que podem impactar significativamente na formação do preço. Assim, a referência foi utilizada para fins comparativos do Mapa Comparativo de Preços, sem caráter vinculativo, sendo submetida à análise crítica em conjunto com as demais fontes pesquisadas.

5.6. Em seguida realizamos o levantamento de mercado utilizando-se a ferramenta Banco de Preços, disponível em <https://www.bancodeprecos.com.br/> e foram constatadas três contratações públicas para aquisição de contêiner de 40 pés (SEI 144301163), porém, considerando o Art.86, § 8º da Lei 14.133/21, é vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal. Em que pese a Polícia Federal não poder aderir a essas atas, o preço estimado (R\$ 39.666,67) servirá para a base de cálculo do Mapa Comparativo de Preços.

5.6.1. Ressalta-se que o Painele de Preços é uma ferramenta amplamente reconhecida no mercado de licitações e utilizada por diversos órgãos públicos, isso porque se trata de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração pública, a qual utiliza um sistema inteligente de pesquisa baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas de contratações já realizadas pela Administração, utilizando-se os parâmetros dispostos na IN 65/2021, especialmente quanto à utilização de contratações similares realizadas pela Administração Pública no período de até 1 (um) ano anterior à pesquisa.

5.7. Em ato contínuo foram encaminhadas solicitações de cotações comerciais às empresas especializadas na venda e locação de contêineres. Infelizmente recebemos apenas uma resposta conclusiva (SEI 144035982) a qual também servirá de base para nosso Mapa Comparativo de Preço.

5.8. Diante das informações coletadas, conclui-se que a contratação é comercialmente viável e encontra respaldo em valores praticados no mercado. O preço estimado foi definido a partir da análise crítica dos dados obtidos, considerando-se a média ou mediana dos valores válidos, com exclusão de eventuais preços discrepantes, conforme detalhado no Mapa Comparativo de Preços (144436211), assegurando-se razoabilidade e compatibilidade com os preços praticados pela Administração Pública.

#### **6. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES**

6.1. A substituição do contêiner atualmente em uso mostra-se necessária para assegurar a integridade física dos equipamentos e materiais armazenados, bem como garantir adequada segurança patrimonial, considerando o estado avançado de desgaste estrutural do equipamento existente.

6.2. Diante da necessidade identificada, foram analisadas três possíveis soluções:

<b>Solução 1</b>	Construção de uma edícula em alvenaria.
<b>Solução 2</b>	Locação de um contêiner marítimo.
<b>Solução 3</b>	Aquisição de um contêiner marítimo.

#### **Solução 1 - Construção de uma edícula em alvenaria:**

6.2.1. A construção de depósito em alvenaria no espaço atualmente cedido pelo Porto do Recife apresenta impeditivos relevantes, como por exemplo, a própria Polícia Federal veda a construção em um terreno que não lhe pertencente ou eventual

construção implicaria aumento de despesas ordinárias não previstas pelo Porto, bem como o aumento de despesas ordinárias (IPTU) não previstas no orçamento do órgão cedente.

6.2.2. Conforme orçamento elaborado pelo GTED/SR/PF/PE (SEI 144302304), o custo estimado para construção de pequeno depósito é de R\$ 74.570,54, valor significativamente superior ao da aquisição de contêiner marítimo, assim, essa solução revela-se inviável sob os aspectos jurídico, administrativo e econômico.

6.2.3. A utilização de espaços modulares (contêineres) como depósito apresenta-se como a solução mais adequada, considerando sua praticidade, rapidez de implantação, mobilidade e segurança. Para viabilizar essa alternativa, existem duas opções possíveis: a locação ou a aquisição dos contêineres.

#### **Solução 2 - Locação de um contêiner marítimo:**

6.2.4. A locação de um contêiner seria uma solução viável caso, nos próximos meses, houvesse uma ampliação da área atualmente cedida ou a construção de um depósito específico para a Polícia Federal por parte do porto. Contudo, essa possibilidade é pouco provável, considerando a atual restrição orçamentária enfrentada pelo Porto.

6.2.5. De acordo com o Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), o custo mensal de locação de um contêiner refrigerado de 40 pés é de R\$ 10.446,39 (SEI). Isso significa que, em aproximadamente quatro meses, o valor gasto com a locação seria suficiente para adquirir um contêiner, conforme demonstrado no item 5 (Levantamento de Mercado).

#### **Solução 3 - Aquisição de um contêiner marítimo:**

6.2.6. A aquisição de um contêiner marítimo representa um investimento inicial aparentemente elevado (R\$ 34.700,00 – SEI 144035982). Entretanto, quando esse custo é diluído ao longo dos meses de uso, a solução revela-se mais vantajosa em comparação às demais alternativas analisadas.

6.2.7. A manutenção de um contêiner é simples, de baixo custo e não exige mão de obra especializada, o que contribui para a redução de despesas operacionais futuras e aumenta a vida útil do equipamento.

6.2.8. Considerando o custo-benefício, a autonomia proporcionada e a previsibilidade orçamentária, esta opção configura-se como **a solução mais adequada** para o atendimento da necessidade apresentada.

### **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### **CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AQUISIÇÃO:**

7.1. Aquisição de um contêiner marítimo de 2 TEUs (Twenty-foot Equivalent Unit).

7.2. Aquisição dar-se-á por item, sendo o vencedor aquele que ofertar o menor preço por item.

7.3. O contêiner deverá ser novo (primeiro uso) ou de semi - novo (usado), desde que esteja em perfeitas condições;

7.4. O prazo de entrega do bem é de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da ordem de compra (Nota de Empenho), em remessa única.

7.5. O bem deverá ser entregue no prédio do Núcleo Especial de Polícia Marítima de Pernambuco, localizado na Praça da Comunidade Luso Brasileira, 70, bairro Recife Antigo, Recife/PE. CEP 50.030-280.

7.5.1. A entrega deve ser agendada com (no mínimo) dois dias úteis de antecedência e deve ocorrer de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados, das 9 às 16 horas.

7.6. No momento de apresentar sua proposta, a empresa deverá incluir o frete (CIF) de acordo com o endereço de entrega descrito no item acima, sendo considerado como lance o valor já incluso frete.

7.7. O objeto será considerado entregue quando colocado no solo (chão) no local indicado pelos representantes da contratante.

#### **CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO CONTÊINER:**

7.8. Contêiner marítimo, modelo High Cube, confeccionado em aço corten, portas duplas originais, borracha de vedação e possibilidade de fechar com cadeado;

7.9. Medindo 40 pés (12m x 2,44m x 2,89m);

7.10. Chapa: 14 (Chapa de container marítimo);

7.11. Pintura na cor original do container ou repintado com o mesmo padrão de qualidade;

7.12. Pintura na parte externa e interna, sendo pelo menos uma das camadas com zargão;

7.13. Instalação elétrica na parte interna contendo, 2 (dois) pontos de luz, um interruptor e uma tomada 220v;

7.14. Piso em compensado naval perfeitamente íntegro e pintado de zarcão;

7.15. Tipo de material: novo (primeiro uso) ou semi-novo (reuso), neste caso mesmo se tratando de material usado será exigida integridade estrutural do produto;

7.16. O material deve ser livre de amassamentos significativos, corrosão, empenos, desalinhamento de portas, pintura descascada ou deteriorada, rachaduras, trincas, fissuras ou qualquer outro defeito que prejudique a vida útil do bem.

#### **FORMA DE AQUISIÇÃO:**

7.17. Foram avaliadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

7.17.1. **Pregão Eletrônico:** Embora seja modalidade adequada para aquisição de bens comuns, sua adoção não se mostra necessária no presente caso, considerando tratar-se de item único, de baixo valor e sem previsão de aquisições futuras recorrentes.

7.17.2. **Sistema de Registro de Preços:** Não se identificou vantajosidade na adoção do sistema de registro de preços, uma vez que a demanda é pontual, restrita a uma única unidade administrativa, inexistindo previsão de contratações futuras que justifiquem estimativa ampliada de quantitativos.

7.17.3. **Adesão a Ata de Registro de Preços:** Foram realizadas consultas visando identificar atas vigentes compatíveis com as especificações técnicas do objeto. Contudo, não foi localizada ata que atendesse integralmente às características demandadas ou que se mostrasse vantajosa sob o aspecto econômico e operacional.

7.17.4. **Participação em Intenção de Registro de Preços (IRP):** Não foi identificada IRP vigente compatível com o objeto pretendido, tampouco se mostra viável aguardar eventual abertura de procedimento dessa natureza, considerando a necessidade administrativa já caracterizada.

7.17.5. **Dispensa de Licitação:** Considerando que o valor estimado da contratação encontra-se abaixo do limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e tratando-se de bem comum, de aquisição única e sem complexidade técnica, conclui-se que a contratação direta por dispensa de licitação constitui a alternativa juridicamente adequada, observados os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

7.18. Dessa forma, a contratação será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. As características técnicas do objeto encontram-se detalhadamente descritas neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente no item 7.8.

8.2. A contratação será realizada pelo critério de menor preço para o item único, observado o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.

8.3. O valor estimado da contratação é de R\$ 37.183,34 (trinta e sete mil cento e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), conforme apurado a partir da pesquisa de mercado consolidada no Mapa Comparativo de Preços (SEI 144436211), parte integrante do processo administrativo.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	UNIDADE DEMEDIDA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Contêiner marítimo, modelo High Cube, confeccionado em aço corten, portas duplas originais, borracha de vedação e possibilidade de fechar com cadeado	632268	1(uma)	Unidade	R\$ 37.183,34	R\$ 37.183,34

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O parcelamento tem por objetivo garantir a competição na licitação, conforme disposto no §2º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, observado os critérios técnicos e economicamente viáveis, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. No presente caso, trata-se da aquisição de item único e indivisível — 01 (um) contêiner marítimo de 40 pés — cuja fragmentação não é tecnicamente possível nem vantajosa sob o aspecto econômico, razão pela qual o parcelamento não se aplica à contratação.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não será necessária nenhuma contratação correlata ou interdependente para o emprego seguro e adequado do material.

## 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

11.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Gestão de Contratações (PGC) da Polícia Federal, conforme registro no Sistema de Planejamento de Contratações (SEI 144302666), evidenciando seu alinhamento com o planejamento institucional, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000046/2026
- II - Data de publicação no PNCP: 14/10/2025
- III - Id do item no PCA - 123
- IV - Classe/Grupo: 8145 - RECIPIENTES ESPECIALIZADOS PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM
- V - Identificador da Futura Contratação: 200398-91/2026

11.2. A inclusão prévia no PGC demonstra aderência às metas institucionais e observância aos princípios do planejamento, da governança e da responsabilidade fiscal, em conformidade com a Lei 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

## 12. RESULTADOS PRETENDIDOS BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Aquisição de container destinados ao NEPOM/DREX/SR/PF/PE para armazenamento de produtos, materiais, utensílios, ferramentas e outros equipamentos náuticos utilizados nas diversas atividades de polícia marítima, conforme previsto nas metas do Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC 2026, alinhado ao Documento de Formalização da Demanda nº 144034018.

12.2. A medida contribuirá para o aumento da segurança patrimonial, melhoria da organização interna e melhor aproveitamento do espaço físico disponível.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- 13.1. Análise e aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente, com vistas ao prosseguimento da instrução processual.
- 13.2. Elaboração e aprovação do Termo de Referência.
- 13.3. Designação formal de fiscais ou, se for o caso, comissão de recebimento, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**14. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- 14.1. A presente contratação não envolve atividade potencialmente poluidora, obra civil ou intervenção ambiental relevante, tratando-se da aquisição de bem móvel pré-fabricado (contêiner marítimo), destinado exclusivamente ao armazenamento de materiais.
- 14.2. Todavia, nos termos do art. 33, §1º, da Lei 14.133/2021 e em observância às diretrizes do Advocacia-Geral da União constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), a Administração considerará, sempre que possível, aspectos relacionados ao ciclo de vida do bem, especialmente quanto à durabilidade, manutenção e adequada destinação ao final de sua vida útil.
- 14.3. Deverá a contratada observar, no que couber:
- 14.3.1. utilização de materiais com adequada resistência e durabilidade;
- 14.3.2. conformidade com normas técnicas aplicáveis;
- 14.3.3. adoção de boas práticas ambientais na fabricação e transporte;
- 14.3.4. correta destinação de resíduos eventualmente gerados na entrega ou instalação.
- 14.4. Diante da natureza do objeto, não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da contratação, sendo os riscos ambientais considerados de baixa relevância.

**15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO VIÁVEL**

- 15.1. Conforme a necessidade exposta no Documento de Formalização da Demanda (SEI 144034018) e também conforme as soluções estudadas neste documento, a contratação da solução mostra-se tecnicamente possível e necessária.
- 15.2. O planejamento da contratação está em conformidade com os requisitos administrativos aplicáveis e, sob o ponto de vista finalístico, os benefícios pretendidos compensam adequadamente os investimentos da Administração.
- 15.3. Os custos previstos são compatíveis e demonstram a economicidade de recursos.
- 15.4. Existe orçamento para aquisição do bem.
- 15.5. Os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos necessários à consecução dos benefícios pretendidos, motivo pelo qual recomenda-se a aquisição do objeto proposto.
- 15.6. Nos últimos anos diversos órgãos de segurança pública, entre eles a própria Polícia Federal, concluiu satisfatoriamente processos para aquisição de contêineres com a participação de fornecedores nacionais de qualidade reconhecida, demonstrando assim a viabilidade para adquirirmos no mercado nacional o material.
- 15.6.1. Diante de tudo o que foi exposto acima, declara-se possível e viável a contratação pretendida.

**16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

- 16.1. A equipe técnica conclui como melhor solução a nº 1 (aquisição de um contêiner) pelos motivos supracitados;
- 16.2. Considerando que o custo da aquisição, diluído no tempo de vida útil esperada do bem, é aceitável;
- 16.3. Por todo o exposto, declaramos **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar;

**17. RESPONSÁVEIS**

- 17.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi designada formalmente através do documento SEI nº 144769280.

*(Assinado Eletronicamente)*

**OZIEL DIAS DO NASCIMENTO**

Agente de Polícia Federal  
INTEGRANTE REQUISITANTE

*(Assinado Eletronicamente)*

**WAGNER THALES SOUSA ARAÚJO**

Agente de Polícia Federal  
INTEGRANTE TÉCNICO

*(Assinado Eletronicamente)*

**BRUNA DO NASCIMENTO COELHO**

Agente de Polícia Federal  
INTEGRANTE TÉCNICO

**18. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

18.1. Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, por entender que atende às disposições da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, encontrando-se devidamente instruído para o prosseguimento da contratação.

18.2. Diante da estimativa de valor apurada e do enquadramento legal aplicável, sugere-se a adoção da Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Recife/PE, 26 de fevereiro 2026.

*(Assinado Eletronicamente)*

**ADRIANA ALBUQUERQUE DE VASCONCELOS**

Delegada de Polícia Federal

Superintendente Regional em Pernambuco

Ordenadora de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER THALES SOUSA ARAUJO, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 26/02/2026, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA DO NASCIMENTO COELHO, Agente de Polícia Federal**, em 26/02/2026, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **OZIEL DIAS DO NASCIMENTO, Chefe de Núcleo**, em 26/02/2026, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144872500&crc=CAF972EC](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144872500&crc=CAF972EC).

Código verificador: **144872500** e Código CRC: **CAF972EC**.